

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2008

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O presente relatório, elaborado em conformidade com o Ponto 13 das Considerações Técnicas do Decreto-Lei 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL) e para cumprimento do disposto no artigo 3.º da Lei 2/2007, de 15 Janeiro (Lei das Finanças Locais), visa fazer uma análise nas vertentes orçamental e patrimonial das contas do Município de Óbidos relativas ao ano de 2008, bem como caracterizar a sua evolução nos últimos exercícios económicos.

Serão objecto de análise a execução orçamental da receita e da despesa, bem como os investimentos, quer na globalidade, quer por sectores de actividade e sua evolução.

Numa perspectiva patrimonial, a situação financeira espelhará a análise ao Balanço e Demonstração de Resultados e respectivos indicadores financeiros, embora também com grande focalização na evolução das dívidas a terceiros de curto, médio e longo prazos.

No relatório de gestão, pretende-se dar a conhecer a todos, de forma clara e detalhada, a situação financeira do Município de Óbidos no ano de 2008 e qual a sua evolução ao longo dos últimos anos, que resulta das políticas e opções do executivo.

2. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A execução do Orçamento, permite conhecer os recebimentos e os pagamentos efectuados durante o exercício económico de 2008, em termos globais, por tipologia de rubrica orçamental e por sector de actividade.

Cada uma destas perspectivas de análise, bem como a respectiva evolução, será objecto de maior detalhe ao longo do presente documento.

2.1. RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A estrutura orçamental assenta em receitas correntes e receitas de capital, que suportam as despesas correntes e as despesas de capital, respeitando o princípio do equilíbrio orçamental.

À semelhança dos exercícios anteriores, a estrutura orçamental assenta no financiamento das despesas de capital por receitas correntes, sobretudo pelas receitas próprias do Município. A diferença entre os valores recebidos e pagos (total recebido inferior ao total pago) foi assumida pelo saldo da gerência anterior.

Em referência às receitas de capital, 2008 caracterizou-se por ser um ano de “passagem de testemunho”, em que se encerraram os financiamentos comunitários no âmbito do III QCA e se iniciaram os projectos

ao abrigo do QREN. O resultado financeiro traduziu-se, então, numa fraca execução financeira destas receitas.

No que concerne às despesas, são as aquisições de bens de investimento que concorrem para a diminuição da execução orçamental, a detalhar adiante.

Como adiante se demonstra, o valor executado de receitas correntes permitiu financiar as despesas de capital, concluindo-se que se mantém o equilíbrio orçamental mesmo na ausência de financiamentos do FEDER ou outros.

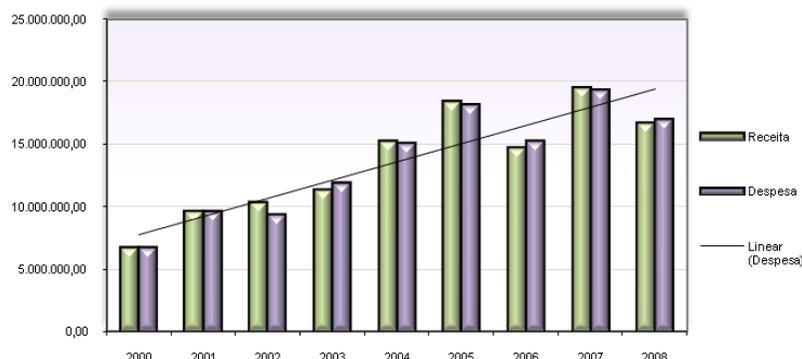
QUADRO 1 – ESTRUTURA ORÇAMENTAL / 2008

COMPOSIÇÃO	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	% EXECUÇÃO	% PESO P/ RUBRICA
Receitas Correntes	15.023.247,37	14.494.169,36	96,48	86,76
Receitas de Capital	12.919.639,07	2.208.813,35	17,10	13,22
Outras Receitas	15.000,00	4.008,33	26,72	0,02
Total das Receitas	27.957.886,44	16.706.991,04	59,76	100,00
Despesas Correntes	14.263.086,39	10.994.708,34	77,09	64,99
Despesas de Capital	13.694.800,05	5.922.509,04	43,25	35,01
Total das Despesas	27.957.886,44	16.917.217,38	60,51	100,00

QUADRO 2 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA ORÇAMENTAL 2000-2008

Evolução da execução orçamental	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Receita	10.364.216	11.307.354	15.224.966	18.433.830	14.709.568	19.461.267	16.706.991
Despesa	9.371.196	11.907.471	15.057.551	18.119.338	15.237.102	19.283.826	16.917.217

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL (€) 2000-2008



QUADRO 3 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA 2000-2008

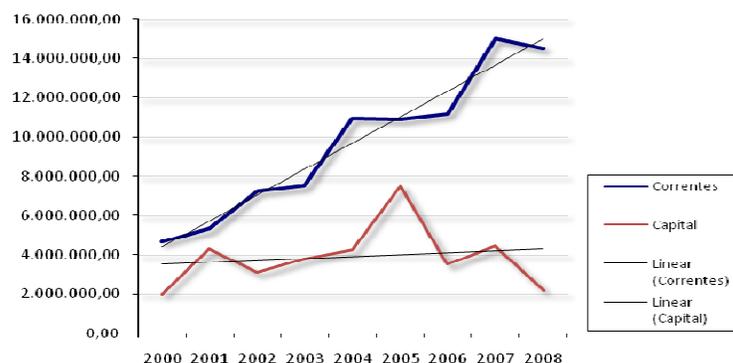
a) Período Corrente - 2008

RECEITAS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	% EXECUÇÃO	% PESO P/ RUBRICA
Correntes	15.023.247,37	14.494.169,36	96,48	86,76
Capital	12.919.639,07	2.208.813,35	17,10	13,22
Outras	15.000,00	4.008,33	26,72	0,02
Total Geral	27.957.886,44	16.706.991,04	59,76	100,00

b) Períodos Anteriores – 2000 e 2007

RECEITAS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	% EXECUÇÃO
Correntes			
2000	4.643.758,54	4.676.808,89	100,71
2001	5.564.978,40	5.325.894,59	95,70
2002	6.728.697,25	7.251.967,11	107,78
2003	8.735.551,00	7.502.731,14	85,89
2004	11.269.100,36	10.959.113,77	97,25
2005	13.673.938,36	10.895.264,46	79,68
2006	13.641.215,23	11.189.587,71	82,03
2007	13.262.057,35	15.008.920,76	113,17
Capital			
2000	9.402.090,96	2.026.072,17	21,55
2001	13.059.775,94	4.320.342,97	33,08
2002	11.751.524,72	3.112.249,34	26,48
2003	8.886.085,84	3.804.623,27	42,82
2004	10.688.560,26	4.265.853,04	39,91
2005	14.347.879,16	7.538.566,42	52,54
2006	12.866.704,67	3.519.980,85	27,36
2007	13.358.924,18	4.452.346,55	33,33

GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL (€) 2000-2008



Os mapas e gráficos acima permitem aferir da tendência linearmente crescente das receitas correntes, enquanto as receitas de capital revelam as oscilações directamente relacionadas com o financiamento comunitário dos investimentos. A falta de abertura de candidaturas ao QREN foi determinante para este resultado. Note-se que até ao final de 2008 ainda não existem, sequer, decisões sobre candidaturas efectuadas por este Município.

QUADRO 4 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA 2000-2008

a) Período Corrente - 2008

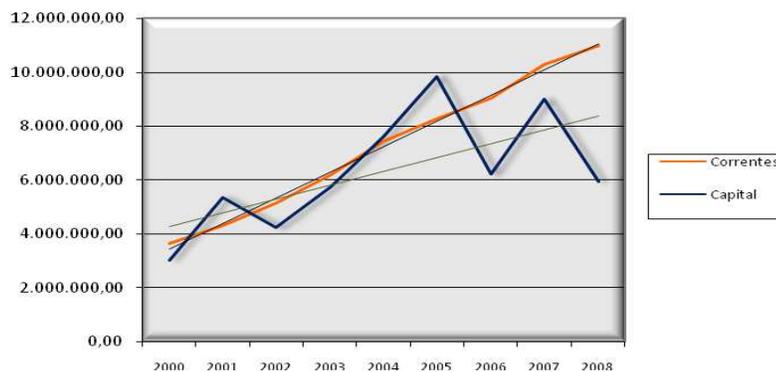
Despesas	Dotação	Execução	% EXECUÇÃO	% PESO P/ RUBRICA
Correntes	14.263.086,39	10.994.708,34	77,09	64,99
Capital	13.694.800,05	5.922.509,04	43,25	35,01
Total Geral	27.957.886,44	16.917.217,38	60,51	100,00

b) Períodos Anteriores – 2000 a 2007

Despesas	Dotação	Execução	% Execução
Correntes			
2000	4.643.758,54	3.664.817,79	78,92
2001	5.564.978,40	4.312.925,85	77,50
2002	6.728.697,25	5.144.681,37	76,46
2003	7.510.774,00	6.195.296,58	82,49
2004	8.939.817,67	7.438.580,74	83,21
2005	11.582.098,56	8.271.623,40	71,42
2006	12.613.540,49	9.037.138,85	71,65
2007	13.036.023,54	10.287.813,84	78,92
Capital			
2000	9.402.090,96	3.038.053,29	32,31

2001	13.059.775,94	5.332.024,82	40,83
2002	11.906.066,48	4.226.514,93	35,50
2003	10.110.862,84	5.712.174,64	56,50
2004	13.018.092,95	7.618.970,84	58,53
2005	16.444.718,96	9.847.715,25	59,88
2006	13.894.379,41	6.199.963,97	44,62
2007	13.584.957,99	8.996.012,50	66,22

GRÁFICO 3 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL (€) 2000-2008



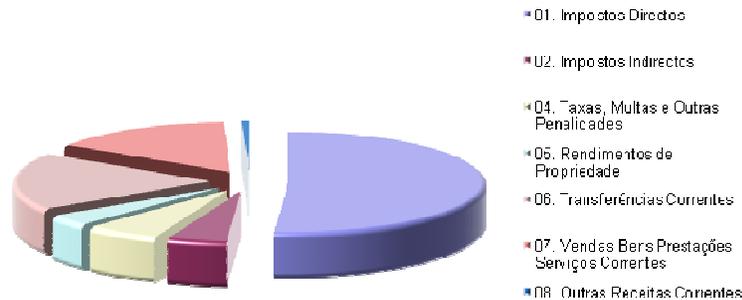
Também no caso das despesas correntes, a sua evolução caracteriza-se por uma tendência gradualmente crescente, embora com valores sempre inferiores aos da receita, que permitem manter um equilíbrio orçamental saudável.

2.1.1. ORÇAMENTO DA RECEITA

QUADRO 5 – ESTRUTURA DAS RECEITAS CORRENTES

COMPOSIÇÃO	PREVISÃO	EXECUÇÃO	% EXECUÇÃO	% PESO P/ RUBRICA
01. Impostos Directos	7.155.366,62	7.414.285,55	103,62	51,15
02. Impostos Indirectos	444.073,68	710.910,60	160,09	4,90
04. Taxas, Multas e Outras Penalidades	469.295,53	886.936,68	188,99	6,12
05. Rendimentos de Propriedade	831.683,54	525.623,53	63,20	3,63
06. Transferências Correntes	2.945.828,00	2.661.726,63	90,36	18,36
07. Vendas Bens Prestações Serviços Correntes	3.039.000,00	2.210.014,07	72,72	15,25
08. Outras Receitas Correntes	138.000,00	84.672,30	61,36	0,58
Total das Receitas Correntes	15.023.247,37	14.494.169,36	96,48	100,00

GRÁFICO 4 – PESO POR RUBRICA DAS RECEITAS CORRENTES (%)



Analisando de forma mais detalhada, verifica-se que os **impostos directos** correspondem a aproximadamente 50% das receitas correntes. Concorrem para este tipo de receita, principalmente, o Imposto sobre Transacções Onerosas de Bens (IMT), com cerca de 5,3M€, seguido do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), com 1,9M€. Também o Imposto Único de Circulação (IUC), com aproximadamente 157.000€ faz parte da estrutura dos Impostos Directos. Apesar de já não existir o imposto da Derrama no concelho de Óbidos, ainda persistem valores cobrados de anos anteriores, que justificam a execução orçamental, tal como para a Sisa e a Contribuição Autárquica (Impostos Abolidos).

Os **impostos indirectos** são justificados pela cobrança a pessoas colectivas, de licenças e alvarás de loteamentos e obras. Os direitos de passagem relativos a telecomunicações, bem como as medições metrológicas também estão incluídas nesta rubrica da receita.

As licenças e alvarás de loteamentos e obras cobradas a particulares, a par das taxas relativas a vistorias, plantas topográficas e certidões relevam para as **taxas, multas e outras penalidades**. Também, os juros compensatórios de atrasos no pagamento dos impostos indirectos por parte do Estado ao Município, os juros de mora e execuções fiscais por atrasos dos munícipes no pagamento dos recibos de água e as contra-ordenações integram parte desta receita.

A análise da execução destas três rubricas deverá ter em consideração que a sua previsão é feita com base nas regras previsionais do POCAL, ou seja, espelham a média dos 24 meses anteriores ao da elaboração do orçamento. Por este motivo, será mais correcto analisar a execução em termos de valor do que em termos percentuais.

Os **rendimentos de propriedade** incluem os juros de depósitos bancários e as rendas de imóveis, nomeadamente a concessão com a EDP.

A execução das **transferências correntes** tem fundamento nas transferências do Estado e do resto do mundo, com uma execução ligeiramente superior aos 90%. As comparticipações do Instituto de Emprego e Formação Profissional, contribuem para a execução das transferências dos serviços e fundos autónomos. As transferências do resto do mundo referem-se ao Projecto da União Europeia Asia Urbs, entretanto concluído em termos de receita.

No que concerne à **venda de bens e serviços correntes**, há que tecer duas grandes considerações: as receitas provenientes da cobrança de água, saneamento e resíduos sólidos, e as receitas relativas aos

programas sociais – Rede de ATL e serviço de refeições. Quanto à execução das receitas relativas à venda de água, dificilmente chegará aos valores previstos, já que existem valores que apenas serão cobrados em sede de juros de mora e execuções fiscais. Das restantes receitas provenientes de venda de bens e serviços, são as receitas das mensalidades do Programa Crescer Melhor - Rede Municipal de ATL e da Cozinha Municipal que maior peso confere à execução da rubrica. As outras vendas de bens e serviços não se enquadram nas anteriores rubricas, e referem-se a receitas cobradas por vistorias, verificações metrológicas e quota de serviço incluídas nos recibos de água. Devido, sobretudo, a esta última receita, a execução da rubrica 070399 pode considerar-se significativa no total das vendas de bens e serviços.

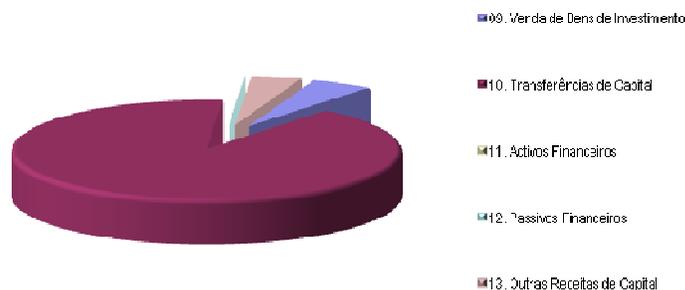
No que respeita às **outras receitas correntes**, de referir apenas que incluem as custas de execuções fiscais, comparticipação dos alunos nos transportes escolares e a regularização do IVA devido pelo adquirente.

Da análise da receita corrente, poderemos concluir que a estrutura das mesmas assenta maioritariamente nas receitas próprias do Município.

QUADRO 6 – ESTRUTURA DAS RECEITAS DE CAPITAL

COMPOSIÇÃO	PREVISÃO	EXECUÇÃO	% EXECUÇÃO	% PESO P/ RUBRICA
09. Venda de Bens de Investimento	7.863.805,29	113.460,00	1,44	5,13
10. Transferências de Capital	3.912.251,78	2.002.258,46	51,18	90,48
11. Activos Financeiros	2.000,00	0,00	0,00	0,00
12. Passivos Financeiros	389.582,00	0,00	0,00	0,00
13. Outras Receitas de Capital	752.000,00	93.094,89	12,38	4,21
15. Resposições não Abatidas nos Pagamentos	15.000,00	4.008,33	26,72	0,18
Total das Receitas de Capital	12.934.639,07	2.212.821,68	17,11	100,00

GRÁFICO 5 – PESO POR RUBRICA DAS RECEITAS DE CAPITAL (%)



As **receitas de capital**, embora com uma execução bastante inferior, não deixam de ter papel relevante no financiamento das despesas de capital. À semelhança das receitas correntes, será detalhada cada uma das rubricas que compõem as receitas de capital.

Tem sido política do executivo aumentar o património municipal, em vez de o alienar, pelo que a **venda de bens imóveis** tem sido consideravelmente inferior à aquisição de bens de investimento, com uma consequente taxa de execução muito baixa.

As **transferências de capital** incluem o Fundo de Equilíbrio Financeiro de capital (transferências de capital do Orçamento de Estado), cuja execução se efectua de acordo com o previsto, para além das receitas para financiamento de investimentos, quer sejam comunitários ou com carácter de contratos-programa (cooperação técnica e financeira). Tal como atrás foi referido, as verbas recebidas no âmbito dos financiamentos comunitários referem-se ainda ao encerramento de projectos do III QCA, a saber, “Ampliação da Rede de Estabelecimento de Ensino Pré-Escolar”, “Complexo Escolar de Óbidos”, “Rede de Investigação, Inovação e Conhecimento”, “Expansão da Rede Museológica II”, entre outros.

O Município de Óbidos não recorreu a novos empréstimos de curto, médio ou longo prazo, pelo que os **passivos financeiros** não tiveram execução. Amortizam-se apenas os empréstimos existentes há vários anos, de acordo com os respectivos planos de pagamentos.

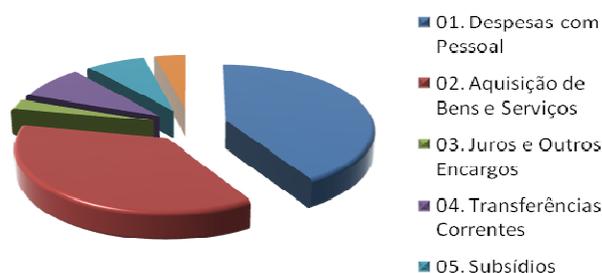
A rubrica **outras receitas de capital** reveste um carácter genérico, enquadrando, no caso do Município de Óbidos, as receitas cobradas em sede de ligação e contratos de água, pedidos de orçamento e ramais.

2.1.2. ORÇAMENTO DA DESPESA

QUADRO 7 – ESTRUTURA DAS DESPESAS CORRENTES

COMPOSIÇÃO	Dotação	Execução	% EXECUÇÃO	% PESO P/ RUBRICA
01. Despesas com Pessoal	4.576.428,36	4.556.322,01	99,56	41,44
02. Aquisição de Bens e Serviços	6.995.029,82	4.040.469,00	57,76	36,75
03. Juros e Outros Encargos	455.034,54	261.305,50	57,43	2,38
04. Transferências Correntes	985.029,86	927.482,05	94,16	8,44
05. Subsídios	805.000,00	794.948,95	98,75	7,23
06. Outras Despesas Correntes	446.563,81	414.180,83	92,75	3,77
Total das Despesas Correntes	14.263.086,39	10.994.708,34	77,09	100,00

GRÁFICO 6 – PESO POR RUBRICA DAS DESPESAS CORRENTES (%)



As despesas com pessoal são uma rubrica sensível na execução do orçamento da despesa corrente. Para além de existirem limites legais a cumprir, como abaixo se demonstra, são objecto de regras previsionais rígidas que obrigam a constantes actualizações de dotações ao longo do ano, nomeadamente no que respeita a contratações. Em 2008, as despesas com o pessoal atingiram uma execução próxima dos 100%, o que significa um maior rigor e controlo na execução da despesa.

Sabendo que a execução é calculada com base na dotação final, faz-se uma breve síntese das alterações ocorridas ao longo do ano, que concorrem não só para a execução, mas também para o cálculo dos limites legais e do peso das despesas com pessoal no total do orçamento.

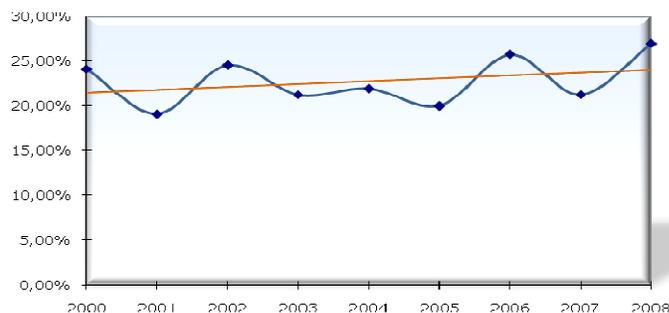
N.º de colaboradores /2008	302
Admissões / 2008	51
Saídas / 2008	26

As alterações ocorridas durante o ano de 2008 justificam-se, em parte, pelo sector da Educação, com a abertura do novo Complexo Escolar. Esta situação reflecte-se na rubrica “Pessoal contratado a termo certo” e “Pessoal em regime de tarefa ou avença”.

QUADRO 8 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL NO TOTAL DA DESPESA 2002-2008

Designação	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Despesas com Pessoal	2.301.151,8	2.529.540,2	3.302.432,0	3.625.101,9	3.917.565,0	4.098.140,3	4.556.322,0
Total das Despesas	9.371.196,3	11.907.471,2	15.057.551,5	18.119.338,6	15.237.102,8	19.283.826,3	16.917.217,3
% Pessoal/Total Despesa	24,56%	21,24%	21,93%	20,01%	25,71%	21,25%	26,93%

GRÁFICO 7 – EVOLUÇÃO DO PESO DAS DESPESAS COM PESSOAL NO TOTAL DA DESPESA (%)



QUADRO 9 – CÁLCULO DOS LIMITES LEGAIS DAS DESPESAS COM O PESSOAL / 2008

Class. Econ.	Designação	Montante EXECUTADO
	Pessoal do Quadro	2.210.653,10
01.01.03	Pessoal do quadro	1.685.749,11
01.01.08	Pessoal aguardando aposentação	271,77
01.01.13	Subsídio de refeição	165.973,33
01.01.14	Subsídio de férias e de Natal	322.901,77
01.01.15	Subsídio por doença, maternidade/paternidade	35.757,12
	Pessoal em qualquer outra situação	1.142.623,04
01.01.06	Pessoal contratado a termo certo	705.225,13
01.01.07	Pessoal em regime de tarefa ou avença	195.648,44
01.01.09	Pessoal em qualquer outra situação	166.327,13
01.01.13	Subsídio de refeição	75.422,34
	TOTAL	3.353.276,14

Receitas correntes de 2007	15.008.920,76
60 % das receitas correntes do ano anterior (2007)	9.005.352,46
25% do limite para Pessoal do quadro	2.251.338,11

<u>Rácios</u>		% MO	
	Despesas com o Pessoal/rec. Correntes 2007	2.210.653,10	14,73%
	Pessoal em qualquer outra situação	1.142.623,04	12,69%

As despesas gerais de funcionamento do Município de Óbidos estão incluídas na **aquisição de bens e serviços** correntes, como sejam a electricidade, comunicações fixas e móveis, seguros, assistência técnica, material de escritório e de limpeza, consumíveis de informática, entre outros. Estas despesas apenas se encontram dotadas no orçamento da despesa, não tendo qualquer influência no Plano de Actividades (mais relevantes) – PAM nem no Plano Plurianual de Investimentos – PPI.

O orçamento inclui todas as despesas, pelo que esta rubrica registará todas as aquisições de bens e serviços referentes ao funcionamento geral, acima referidas, bem como as despesas inerentes aos programas sociais, educação, acção social, armazéns, água, saneamento, RSU e ambiente.

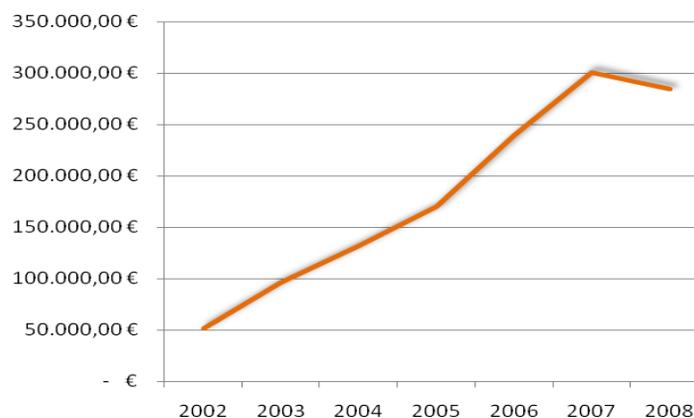
Será de referir duas situações mais específicas que contribuíram para o aumento das aquisições de bens: o aumento do preço dos combustíveis e os programas sociais e ambientais (Crescer Melhor, Enxoval do Recém-Nascido e Óbidos Carbono Social), reflectidos na classificação económica 020215.

Os juros de empréstimos bancários em curso e de locação financeira (leasing), cuja dotação teve por base os planos de pagamentos respectivos, regista uma elevada execução, como seria de esperar. Esta

rubrica não tem significativa relevância no total das despesas, revelando mais uma vez, o fraco recurso ao crédito bancário.

As **transferências correntes** para as Freguesias no âmbito dos protocolos de delegação de competências, para os transportes da Rede Municipal de ATL, os protocolos com os parceiros dos programas sociais, os subsídios às colectividades e associações desportivas, para além dos apoios às famílias e particulares (bolsas), têm papel relevante na concretização de diversas acções e programas que, sem a intervenção de terceiros, certamente não conseguiriam maximizar os benefícios às populações. De referir ainda as transferências para a Associação de Municípios do Oeste (AMO), reflectidas nas transferências correntes para a administração local.

GRÁFICO 8 – EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS PARA AS ASSOCIAÇÕES / COLECTIVIDADES / INSITUIÇÕES COM INTERVENÇÃO SOCIAL



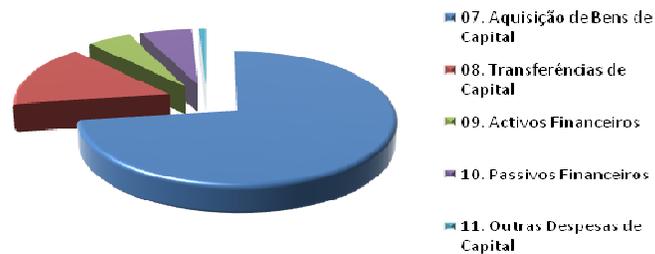
Os **subsídios** traduzem-se nos contratos-programa com a Óbidos Patrimonium – EEM, para concretização do plano de actividades culturais e turísticas que se propôs para o ano 2008. Não foram concretizados subsídios à Óbidos Requalifica – EM.

Nas **outras despesas correntes** são consideradas as despesas que não se enquadram noutras rubricas anteriores, a saber, restituições de cauções de água, pagamento de IVA, indemnizações a munícipes e imposto sobre o rendimento de capitais (contas bancárias).

QUADRO 10 – ESTRUTURA DAS DESPESAS DE CAPITAL

COMPOSIÇÃO	Dotação	Execução	% EXECUÇÃO	% PESO P/ RUBRICA
07. Aquisição de Bens de Capital	11.984.778,61	4.307.554,60	35,94	72,73
08. Transferências de Capital	1.010.125,91	915.171,27	90,60	15,45
09. Activos Financeiros	300.000,00	300.000,00	100,00	5,07
10. Passivos Financeiros	354.511,53	354.399,17	99,97	5,98
11. Outras Despesas de Capital	45.384,00	45.384,00	100,00	0,77
Total das Despesas de Capital	13.694.800,05	5.922.509,04	43,25	100,00

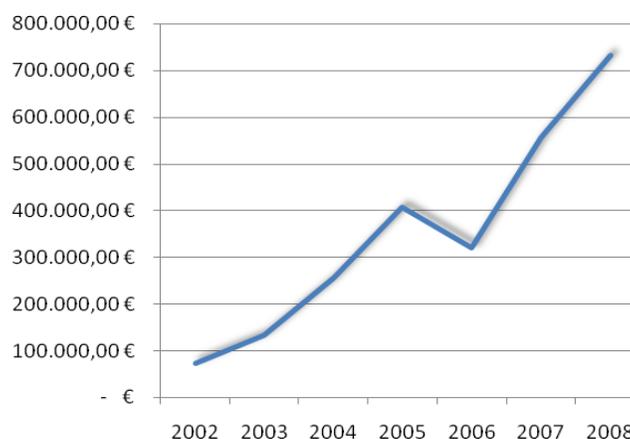
GRÁFICO 9 – PESO POR RUBRICA DAS DESPESAS DE CAPITAL (%)



As **aquisições de bens de capital** correspondem aos projectos e acções definidos no PPI, a pormenorizar aquando da análise daquele documento e constituem a tipologia da despesa com maior significado. No entanto, faz-se breve síntese das despesas que normalmente constituem as aquisições de bens de investimento: aquisição de terrenos e edifícios, investimentos nas redes viária, de abastecimento de água, de saneamento, informática, ambiente, espaços verdes, desenvolvimento rural, cultura, educação e funções sociais. O Quadro 11 ilustra o peso de cada orgânica/actividade no total da despesa.

Os protocolos de delegação de competências com as Freguesias, na parte de capital, assumem o papel mais relevante nas **transferências de capital**, apesar do seu peso no total da despesa ser de pouco significado. A transferência para a empresa municipal Óbidos Requalifica – EEM está justificada pelo contrato-programa aprovado, que teve por objecto a requalificação do Largo de São Marcos nas Gaeiras.

GRÁFICO 10 – EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS



Não tendo existido recurso ao crédito bancário, e tal como nos encargos financeiros, as amortizações de capital limitam-se a cumprir os planos de pagamento contratados. O endividamento de médio e longo prazos será abordado adiante, no ponto 5.1.4.

As **outras despesas de capital**, cuja dotação inicial era meramente residual, teve uma execução mais elevada que o previsto devido à restituição de valor recebido indevidamente relativo a venda de um lote na zona industrial.

QUADRO 11 – ESTRUTURA DO ORÇAMENTO POR ORGÂNICA / 2008

Orgânica	Designação	Valor	% Valor
01	Administração Municipal	9.078.830,43	53,67%
0101	Operações Financeiras	903.568,78	5,34%
0102	Classes Inactivas	6.606,07	0,04%
0103	Órgãos de Autarquia	5.308.186,47	31,38%
0104	Assembleia Municipal	9.212,27	0,05%
0105	Protecção Civil	38.812,01	0,23%
0106	Gabinete de Comunicação	31.175,44	0,18%
0107	Gabinete de Veterinária	31.135,34	0,18%
0108	Centro de Intervenção Social	2.000.696,42	11,83%
0109	Gabinete Jurídico	130.737,32	0,77%
0110	Fiscalização Municipal	15.870,97	0,09%
0111	Inovação, Informática e SIG	602.829,34	3,56%
02	Serviços de Administração Geral	7.838.386,95	46,33%
0201	Serviços Administrativos e Financeiros	1.740.112,17	10,29%
0202	Ambiente e Obras Municipais	5.025.671,55	29,71%
0203	Planeamento e Gestão Urbanística	403.961,03	2,39%
0204	Investigação Cultural	668.642,20	3,95%
Total Geral		16.917.217,38	100,00%

2.2. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

QUADRO 12 – EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL (PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS)

Grandes Opções do Plano (POR SECTORES ESTRUTURAIIS)						
Objectivo	Descrição	Previsão da Despesa			Exec. %	Peso por rubrica %
		Dotação Inicial	Dotação Final	Pagamento		
1	FUNÇÕES GERAIS	3.607.801,37	3.005.685,91	1.956.109,48	65,08%	20,67%
1.1.	SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	3.603.951,37	3.000.447,02	1.952.200,43	65,06%	20,63%
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.530.899,03	1.815.812,20	1.518.751,12	83,64%	
1.1.1.1.	SERVIÇOS GERAIS	1.530.899,03	1.815.812,20	1.518.751,12	83,64%	
1.1.1.1.1.	PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL	5.587,50	300.000,00	300.000,00	100,00%	
1.1.1.1.1.	COMPARTICIPAÇÕES DE CAPITAL	20.000,00	12.387,75	5.838,61	47,13%	
1.1.1.1.1.	EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO	354.311,53	354.511,53	354.399,17	99,97%	
1.1.1.1.1.	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	1.050.000,00	1.047.618,92	770.118,92	73,51%	
1.1.1.1.1.	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS	95.000,00	54.000,00	41.100,42	76,11%	
1.1.1.1.1.	ACTIVOS INCORPÓREOS	1.000,00	1.910,00	1.910,00	100,00%	
1.1.1.1.1.	DIVERSOS SERVIÇOS GERAIS	5.000,00	45.384,00	45.384,00	100,00%	

1.1.1.2.	INOV-ÓBIDOS	921.225,85	582.477,17	209.737,71	36,01%	
1.1.1.2.	INOV-ÓBIDOS - INOVAÇÃO ADMINISTRATIVA	921.225,85	582.477,17	209.737,71	36,01%	
1.1.1.2.	Projecto MIMO	179.000,00	10.801,34	7.808,02	72,29%	
1.1.1.2.	Plataforma Web-Executivo	159.000,00	199.919,04	120.230,10	60,14%	
1.1.1.2.	Expansão da Rede Informática do Município	301.950,85	321.254,49	50.322,59	15,66%	
1.1.1.2.	Óbidos Interactivo	281.275,00	50.502,30	31.377,00	62,13%	
1.1.1.3.	PARQUE DE MÁQUINAS E VIATURAS MUNICIPAIS	252.784,31	224.389,87	146.316,13	65,21%	
1.1.1.3.	PARQUE DE MÁQUINAS E VIATURAS MUNICIPAIS	252.784,31	224.389,87	146.316,13	65,21%	
1.1.1.3.	AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE VIATURAS	69.608,61	56.208,61	32.677,62	58,14%	
1.1.1.3.	AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	107.675,70	60.844,61	42.454,57	69,78%	
1.1.1.3.	LOCAÇÃO DE BENS/MATERIAL DE TRANSPORTE	75.500,00	107.336,65	71.183,94	66,32%	
1.1.1.4.	EDIFÍCIOS E INSTALAÇÕES MUNICIPAIS	899.042,18	377.767,78	77.395,47	20,49%	
1.1.1.4.	EDIFICIOS E INSTALAÇÕES MUNICIPAIS	899.042,18	377.767,78	77.395,47	20,49%	
1.1.1.4.	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EDIFÍCIOS E INSTALAÇÕES MUNICIPAIS	63.228,96	136.422,56	31.191,14	22,86%	
1.1.1.4.	COMPLEXO LOGÍSTICO MUNICIPAL	545.813,22	241.345,22	46.204,33	19,14%	
1.1.1.4.	INSTALAÇÕES MULTI-SERVIÇOS	290.000,00	-	-	0,00%	
1.2.	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS	3.850,00	5.238,89	3.909,05	74,62%	
1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	3.850,00	5.238,89	3.909,05	74,62%	
2	FUNÇÕES SOCIAIS	9.450.390,77	8.824.411,98	3.414.214,38	38,69%	36,08%
2.1.	EDUCAÇÃO	1.933.997,66	3.721.487,75	1.350.349,19	36,29%	14,27%
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	1.888.997,66	3.701.624,75	1.330.486,19	35,94%	
2.1.1.1.	ENSINO PRÉ-ESCOLAR E BÁSICO	1.888.997,66	3.701.624,75	1.330.486,19	35,94%	
2.1.1.1.	ENSINO PRÉ-ESCOLAR E BÁSICO	1.888.997,66	3.701.624,75	1.330.486,19	35,94%	
2.1.1.1.	Programa "Crescer Melhor"	244.397,66	157.180,05	143.502,97	91,30%	
2.1.1.1.	Gabinete de Educação	360.000,00	377.098,71	178.844,01	47,43%	
2.1.1.1.	Estabelecimentos de Ensino	1.211.000,00	2.930.692,08	963.083,64	32,86%	
2.1.1.1.	Apreçamento Informático das Escolas	73.600,00	236.653,91	45.055,57	19,04%	
2.1.2.	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	45.000,00	19.863,00	19.863,00	100,00%	
2.1.2.	Atribuição de Subsídios	45.000,00	19.863,00	19.863,00	100,00%	
2.2.	SAÚDE	10.000,00	71.509,10	8.385,05	11,73%	0,09%
2.2.1.	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	10.000,00	71.509,10	8.385,05	11,73%	
2.2.1.	EDIFÍCIOS E INSTALAÇÕES DE SAÚDE	10.000,00	71.509,10	8.385,05	11,73%	
2.3.	SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAIS	680.868,57	361.162,43	270.655,06	74,94%	2,86%
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	680.868,57	361.162,43	270.655,06	74,94%	
2.3.2.	GABINETE DE PLANEAMENTO E ANÁLISE DE INTERVENÇÃO SOCIAL	5.000,00	1.880,00	1.737,60	92,43%	
2.3.2.	REDE SOCIAL DO CONCELHO DE ÓBIDOS	4.000,00	-	-	0,00%	

2.3.2.	PROGRAMA "MELHOR IDADE"	421.800,00	170.670,60	144.833,13	84,86%	
2.3.2.	PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVOS À JUVENTUDE	44.300,00	28,20	-	0,00%	
2.3.2.	PROGRAMA "ÓBIDOS VOLUNTÁRIO"	6.000,00	-	-	0,00%	
2.3.2.	PROGRAMA "ÓBIDOS SOLIDÁRIO"	21.000,00	65.819,89	31.424,11	47,74%	
2.3.2.	GABINETE DE APOIO À FAMÍLIA	1.600,00	1.121,33	1.121,33	100,00%	
2.3.2.	NÚCLEO DE INTERVENÇÃO SOCIAL EMERGENTE	2.500,00	-	-	0,00%	
2.3.2.	COZINHA MUNICIPAL	164.168,57	119.594,91	89.491,39	74,83%	
2.3.2.	PROGRAMA "SAÚDE MELHOR"	10.500,00	2.047,50	2.047,50	100,00%	
2.4.	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS	5.821.874,54	3.886.829,56	1.409.711,93	36,27%	14,90%
2.4.1.	HABITAÇÃO	928.964,12	103.941,29	-	0,00%	
2.4.1.1.	HABITAÇÃO SOCIAL	928.964,12	103.941,29	-	0,00%	
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	1.168.275,00	671.503,90	103.396,72	15,40%	
2.4.2.1.	REQUALIFICAÇÃO URBANA	800.775,00	325.321,05	31.174,22	9,58%	
2.4.2.2.	PLANEAMENTO URBANÍSTICO E RECUPERAÇÃO DO PATRIMÓNIO	367.500,00	346.182,85	72.222,50	20,86%	
2.4.3.	SANEAMENTO	1.041.156,17	832.899,16	547.492,68	65,73%	
2.4.3.	SISTEMA DE ÁGUAS RESIDUAIS	1.041.156,17	832.899,16	547.492,68	65,73%	
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	1.157.931,80	420.822,92	143.063,34	34,00%	
2.4.4.	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUAS	1.157.931,80	420.822,92	143.063,34	34,00%	
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	1.052.000,00	1.364.997,06	323.126,59	23,67%	
2.4.5.	RECOLHA E TRATAMENTO DE RSU	1.052.000,00	1.364.997,06	323.126,59	23,67%	
2.4.6.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	473.547,45	492.665,23	292.632,60	59,40%	
2.4.6.	AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS	31.000,00	34.594,29	30.710,19	88,77%	
2.4.6.	ESPAÇOS VERDES	130.000,00	225.207,65	139.651,21	62,01%	
2.4.6.	GABINETE DE VETERINÁRIA	78.615,00	70.148,58	37.833,44	53,93%	
2.4.6.	ÓBIDOS CARBONO SOCIAL	231.432,45	157.261,38	80.105,06	50,94%	
2.4.6.	Programa Custa Menos Separar	67.850,00	30.298,30	24.121,98	79,61%	
2.4.6.	Programa de Recolha de Óleos Alimentares Usados	59.132,45	41.086,93	41.086,93	100,00%	
2.4.6.	Programa Carboarómetro	104.450,00	85.876,15	14.896,15	17,35%	
2.4.6.	CEMITÉRIOS	2.500,00	4.332,70	4.332,70	100,00%	
2.4.6.	PROJECTO INTEGRADO "PRODUTOS BIOLÓGICOS DA REGIÃO OESTE"	-	1.120,63	-	0,00%	
2.5.	SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS	1.003.650,00	783.423,14	375.113,15	47,88%	3,96%
2.5.1.	CULTURA	847.450,00	567.330,89	296.957,27	52,34%	3,14%
2.5.1.1.	BIBLIOTECA	7.700,00	7.959,68	5.595,64	70,30%	
2.5.1.1.	BIBLIOTECA MUNICIPAL	7.700,00	7.959,68	5.595,64	70,30%	
2.5.1.3.	ARQUEOLOGIA	29.750,00	6.980,37	1.619,68	23,20%	
2.5.1.3.	GABINETE DE ARQUEOLOGIA	29.750,00	6.980,37	1.619,68	23,20%	

2.5.1.4.	INVESTIGAÇÃO CULTURAL	810.000,00	552.390,84	289.741,95	52,45%	
2.5.1.4.	INVESTIGAÇÃO CULTURAL	810.000,00	552.390,84	289.741,95	52,45%	
2.5.1.4.	Rede de Investigação, Inovação e Conhecimento	340.000,00	290.617,30	75.372,90	25,94%	
2.5.1.4.	Projecto Ásia Urbs	110.000,00	89.396,75	89.396,75	100,00%	
2.5.1.4.	Rede de Museus e Galerias	85.000,00	18.910,43	4.710,05	24,91%	
2.5.1.4.	Museu de Abílio de Matos e Silva	175.000,00	153.466,36	120.262,25	78,36%	
2.5.1.4.	Rede Museológica III	50.000,00	-	-	0,00%	
2.5.1.4.	Oficina de Eventos	50.000,00	-	-	0,00%	
2.5.2.	DESPORTO, RECREIO E LAZER	156.200,00	216.092,25	78.155,88	36,17%	
2.5.2.	DESPORTO, RECREIO E LAZER	156.200,00	216.092,25	78.155,88	36,17%	
2.5.2.	COMPLEXO DESPORTIVO	40.000,00	210.392,25	78.155,88	37,15%	
2.5.2.	REDE NATUR	116.200,00	5.700,00	-	0,00%	
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	4.316.214,09	5.085.543,21	1.768.016,93	34,77%	18,69%
3.1.	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	1.160.000,00	958.925,77	645.899,70	67,36%	6,83%
3.1.1.	AGRICULTURA	1.160.000,00	958.925,77	645.899,70	67,36%	
3.1.1.	DESENVOLVIMENTO RURAL	1.160.000,00	958.925,77	645.899,70	67,36%	
3.2.	INDÚSTRIA E ENERGIA	923.000,00	696.258,05	408.356,46	58,65%	4,32%
3.2.1.	ENERGIA	923.000,00	696.258,05	408.356,46	58,65%	
3.2.1.	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	521.000,00	655.258,05	383.023,91	58,45%	
3.2.1.	ENERGIA	402.000,00	41.000,00	25.332,55	61,79%	
3.3.	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	2.233.214,09	3.430.359,39	713.760,77	20,81%	7,54%
3.3.1.	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	2.233.214,09	3.430.359,39	713.760,77	20,81%	
3.3.1.1.	REDE VIÁRIA	2.233.214,09	3.430.359,39	713.760,77	20,81%	
3.3.1.1.	REDE VIÁRIA	2.233.214,09	3.430.359,39	713.760,77	20,81%	
3.3.1.1.	REPARAÇÃO/MANUTENÇÃO/AMPLIAÇÃO DA REDE VIÁRIA	2.164.000,00	3.356.027,04	705.739,74	21,03%	
3.3.1.1.	ORDENAMENTO DE TRÂNSITO	69.214,09	74.332,35	8.021,03	10,79%	
4	OUTRAS FUNÇÕES	1.946.870,66	2.482.119,70	2.323.405,94	93,61%	24,56%
4.2.	TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES	544.158,16	740.158,16	734.211,51	99,20%	7,76%
4.2.	JUNTAS DE FREGUESIA	544.158,16	740.158,16	734.211,51	99,20%	
4.3.	DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	1.402.712,50	1.741.961,54	1.589.194,43	91,23%	16,80%
4.3.1.	ENSINO SUPERIOR	48.000,00	36.368,46	33.456,66	91,99%	
4.3.1.	ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS	23.000,00	18.750,00	18.750,00	100,00%	
4.3.1.	EDIFÍCIOS E INSTALAÇÕES	25.000,00	17.618,46	14.706,66	83,47%	
4.3.2.	SUBSÍDIOS E APOIOS DIVERSOS	1.354.712,50	1.705.593,08	1.555.737,77	91,21%	
		19.321.276,89	19.397.760,80	9.461.746,73	48,78%	100,00%

As Grandes Opções do Plano (GOP) incluem os projectos mais relevantes do Município de Óbidos (PAM – despesas correntes) e os investimentos (PPI – despesas de capital). As despesas com o pessoal e os gastos gerais de funcionamento não estão incluídos, daí a diferença entre o total do orçamento e o total das GOP.

Fará sentido analisar a execução das GOP por sector de actividade, uma vez que esta análise permitirá averiguar do grau de convergência entre a execução real e a estratégia e prioridades do executivo.

As **funções gerais** incluem os projectos relacionados com o funcionamento geral e directo do Município de Óbidos, mas assumiram grande relevância ao nível da aquisição de imóveis, encargos com empréstimos bancários, participações de capital e investimentos na modernização administrativa.

Indubitavelmente, as **funções sociais** têm a maior expressão da despesa por sector de actividade, incluindo os projectos mais próximos da linha de tendência estratégica, nomeadamente a educação, com a conclusão do Complexo Escolar dos Arcos (obra e apetrechamento) e início da construção dos dois novos complexos escolares do Alvito e do Furadouro, para além da conservação e manutenção do restante parque escolar. As funções relacionadas com a saúde e acção social, cujas despesas revestem um carácter corrente, não implicam avultados investimentos para o seu normal funcionamento, como se pode comprovar pelo Programa Crescer Melhor, pela Cozinha Municipal, pelo Melhor Idade, pelos apoios financeiros aos parceiros, pelo Óbidos Solidário, pelo Saúde Melhor, entre outros cuja execução será mais visível em 2009, como é o caso da Habitação Social e do Apoio a Municípes Desfavorecidos.

A requalificação urbana, cuja competência passou em parte para as Freguesias, assume um papel de menor relevância nos investimentos directos do Município. Por outro lado, saneamento, o abastecimento de água e a recolha de RSU, embora sem qualquer financiamento externo, não deixam de ser objecto de elevada execução.

Os programas ambientais – Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza, assumem cada vez mais um papel de relevo, não só ao nível dos investimentos, mas também no que concerne à sensibilização e formação das populações, no âmbito do Programa Óbidos Carbono Social. Esta é uma área cuja tendência será de franco crescimento.

A cultura, apesar de ser uma valência transferida quase na totalidade para a Óbidos Patrimonium-EM, requer investimentos por parte da “empresa-mãe” – o Município, como seja a obra do Museu Abílio Mattos e Silva. A Rede de Investigação, Inovação e Conhecimento (direitos de autor e serviços de investigação), contribuiu em grande parte para a execução dos serviços culturais. Foi já referido que o projecto Asia Urbs ficou concluído apenas em 2008, espelhando-se a sua execução neste sector funcional.

No âmbito das **funções económicas**, a execução da rubrica do desenvolvimento rural mostra a concretização dos caminhos rurais das Cesaredas, das Gaeiras aos Camarnais e da Gracieira, tendo sido já iniciado o caminho rural dos Brejos. Em 2009 prevê-se a execução do caminho rural do Rio Real.

Os transportes e comunicações, que incluem a rede viária, mantêm uma execução significativa, embora também sem qualquer financiamento externo (comunitário ou nacional) no presente exercício económico.

As outras funções remetam a sua execução para as justificações acima, no ponto da análise da execução da despesa (transferências e subsídios).

Apesar do investimento realizado, a expectativa quanto ao QREN é grande, aliás, proporcional aos investimentos previstos para 2008 e anos seguintes. No entanto, a indefinição de regras e atrasos na abertura de candidaturas condicionaram significativamente a prossecução de mais projectos.

QUADRO 13 – RESUMO DA EXECUÇÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS (PAM) E DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI) / 2008

CLASS. FUNCIONAL	DESPESA POR SECTORES ESTRUTURAIS	DOTAÇÃO		EXECUÇÃO (€)		Exec. %		Peso por rubrica %	
		PAM	PPI	PAM	PPI	PAM	PPI	PAM	PPI
1	FUNÇÕES GERAIS	93.073,94	2.912.611,97	28.509,51	1.927.599,97	30,63	66,18	0,81	32,55
2	FUNÇÕES SOCIAIS	3.694.319,34	5.130.092,64	1.766.059,59	1.648.154,79	47,80	32,13	49,90	27,83
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	448.804,39	4.636.738,82	345.301,97	1.422.714,96	76,94	30,68	9,76	24,02
4	OUTRAS FUNÇÕES	1.466.763,08	1.015.356,62	1.399.366,62	924.039,32	95,41	91,01	39,54	15,60
TOTAL		5.702.960,75	13.694.800,05	3.539.237,69	5.922.509,04	62,06 %	43,25 %	100,00 %	100,00 %
TOTAL GERAL		19.397.760,80		9.461.746,73		48,78%			

QUADRO 14 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DO PPI 2002-2008

Designação	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
1. Dotação Inicial	11.906.066,48	11.947.979,00	11.947.979,00	17.686.923,70	16.505.529,76	15.323.681,87	13.120.438,16
2. Dotação final	11.906.066,48	10.110.862,84	13.018.092,95	16.444.718,96	13.894.379,41	13.584.957,99	13.694.800,05
3. Realizado	4.226.514,93	5.712.174,64	7.618.970,84	9.847.715,25	6.199.963,97	8.996.012,50	5.922.509,04
Coef. Realização	35,50%	56,50%	58,53%	59,88%	44,62%	66,22%	43,25%

GRÁFICO 11 – EVOLUÇÃO DOS VALORES INVESTIDOS 2000-2008

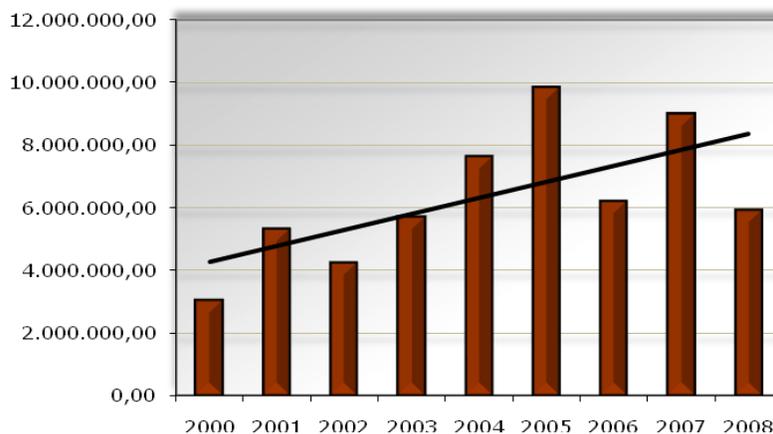
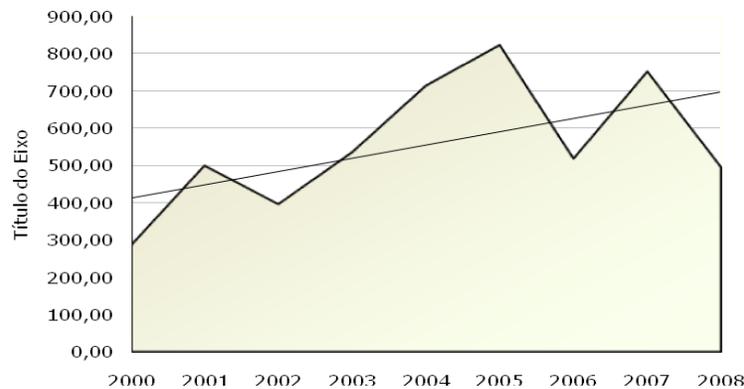


GRÁFICO 12 – EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO PER CAPITA 2000-2008



3. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A par de uma vertente orçamental, de receita e despesa, a prestação de contas prevê uma vertente patrimonial, de custos e proveitos, activos e passivos. As demonstrações financeiras apresentam a posição financeira e patrimonial do Município de Óbidos, reportada ao final do exercício económico, permitindo uma análise da autarquia quanto ao seu grau de autonomia financeira, solvabilidade e liquidez.

De acordo com o artigo 46.º da Lei n.º2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), serão apresentadas, também, as demonstrações financeiras consolidadas do grupo municipal constituído pelo Município, pela Óbidos Patrimonium- EEM e pela Óbidos Requalifica-EEM.

3.1. BALANÇO

ACTIVO		FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	
Imobilizado	40.075.407,66	Fundos Próprios	35.923.304,12
Bens do Domínio Público	1.993.643,08	Património	29.079.921,07
Imobilizações Incorpóreas	182.533,77	Reservas	1.707.468,07
Imobilizações Corpóreas	36.899.115,22	Resultados Transitados	516.092,72
Investimentos Financeiros	1.000.115,59	Resultado Líquido do Exercício	5.652.007,70
Circulante	4.017.543,53	Passivo	8.169.647,07
Existências	340.950,05	Dívidas a Terceiros - M/L Prazo	2.407.457,62
Dívidas de Terceiros - CP	2.972.286,57	Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	5.534.401,54
Depósitos instit. Financ. E		Acréscimos e Diferimentos	227.787,91
Caixa	685.827,45		
Acréscimos e Diferimentos	18.479,46		
TOTAL DO ACTIVO	44.092.951,19	TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	44.092.951,19

3.1.1. IMOBILIZADO

ACTIVO LÍQUIDO	
Imobilizado	40.075.407,66
Bens do Domínio Público	1.993.643,08
Outras construções e infraestruturas	448.484,66
Bens o patrim. Hist., artist. Cultural	1.113,80
Outros bens do domínio público	183.462,41
Imobilizações em curso	1.360.582,21
Imobilizações Incorpóreas	182.533,77
Despesas de investigação e desenvolvimento	52.793,49
Propriedade industrial e outros direitos	129.740,28
Imobilizações Corpóreas	36.899.115,22
Terrenos e recursos naturais	4.224.937,13
Edifícios e outras construções	25.455.827,07
Equipamento básico	2.675.559,61
Equipamento de transporte	977.280,14
Ferramentas e utensílios	183.312,77
Equipamento administrativo	1.801.210,74
Outras imobilizações corpóreas	748.295,52
Imobilizações em curso	832.692,24
Investimentos financeiros	1.000.115,59
Partes de capital	1.000.115,59

QUADRO 15 – AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS 2002-2008

(Valor de aquisição)								
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Total/anos
Rústico	30.127,39 €	1.136.514,27 €	447.455,09 €	663.933,57 €	422.225,00 €	415.407,38 €	635.118,92 €	3.750.781,62 €
Urbano	- €	- €	402.379,79 €	922.337,72 €	586.500,00 €	132.421,50 €	135.000,00 €	2.178.639,01 €
TOTAL	30.127,39 €	1.136.514,27 €	849.834,88 €	1.586.271,29 €	1.008.725,00 €	547.828,88 €	770.118,92 €	5.929.420,63 €

3.1.2. DISPONIBILIDADES

	1 Janeiro 2008	31 Dezembro 2008
Caixa	2.026,14	1.458,38
Depósitos Bancários		
Caixa Geral de Depósitos	675.642,92	492.374,76
Caixa de Crédito Agrícola Mutúo dos Concelhos de Óbidos, Caldas da Rainha e Peniche	23.080,23	2.491,23
Finibanco	0,00	0,00
Banco Espírito Santo	185.627,32	189.503,08
Total Geral	886.376,61	685.827,45

3.1.3. PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL

Entidades	Anos Anteriores	2008
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Concelhos de Óbidos, Caldas da Rainha e Peniche	498,80	
Resioeste, S A	41.561,79	
Águas do Oeste, S A	501.430,00	
Centro Op. Tecn. Hort. Nac.-COTHN	1.500,00	
Trevoeste, S.A.	5.125,00	
Óbidos Patrimonium - E.M.	100.000,00	300.000,00
Óbidos Requalifica - E.M.	50.000,00	
Sub - Total	700.115,59	300.000,00
Total	1.000.115,59	

3.1.4. DÍVIDAS A TERCEIROS – MÉDIO E LONGO PRAZOS

	1 Janeiro 2008	31 Dezembro 2008
Empréstimos Bancários		
Caixa Geral de Depósitos	2.652.450,35	2.308.390,51
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Concelhos de Óbidos, Caldas da Rainha e Peniche	109.406,45	99.067,11
Total Geral	2.761.856,80	2.407.457,62

As dívidas a terceiros de médio e longo prazos continuam a traduzir-se unicamente no capital em dívida relativo aos empréstimos existentes, não tendo ocorrido recurso a qualquer tipo de crédito. Esta situação também se verifica nas empresas municipais, pelo que o endividamento global do Município e empresas é o que se apresenta. Como tal, a situação financeira mantém-se controlada, como comprovam os rácios abaixo.

Liquidez Geral (Activo circulante/Passivo curto prazo)	69,72
Endividamento (Dívidas a 3.ºs CMLP/Fundos Próprios+Passivo)	18,53
Autonomia Financeira (Fundos Próprios/Activo Total)	81,47

3.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

O Município de Óbidos encerrou as suas contas referentes ao exercício económico de 2008, com um Resultado Líquido de Exercício de € 5.652.007,70, motivado fundamentalmente pela venda de produtos, de serviços e pelas transferências do Orçamento de Estado, de fundos comunitários e cooperação técnica e financeira, que superaram os custos com o pessoal e com matérias consumidas. Os Resultados Financeiros apresentam um saldo negativo influenciado pelo pagamento de juros de empréstimos

bancários e pelo aumento do pagamento de juros de mora. Também a subida das taxas de juro potenciou estes resultados de forma negativa.

Os resultados extraordinários, bastante positivos em 2008, ficam a dever-se ao pedido de reembolso à Proturis – Empreendimentos Turísticos, de despesas suportadas pelo Município relativas às infra-estruturas do Bom Sucesso – 2.ª fase.

A Demonstração de Resultados será, então, o espelho dos custos e proveitos da actividade Municipal, em 2008, sintetizada no quadro abaixo:

	Valor (€)
Resultados Operacionais	5.083.214,34
Resultados Financeiros	-377.068,45
Resultados Correntes	4.706.145,89
Resultados Extraordinários	945.861,81
Resultado Líquido de Exercício	5.652.007,70

Apesar de demonstrada a capacidade da autarquia para gerar proveitos suficientes para fazer face aos custos do exercício, atenta-se o facto de não estarem reflectidas as amortizações do exercício no total dos custos.

4. EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS

4.1. DÍVIDAS DE TERCEIROS

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Administração Autárquica	573.811,84	573.821,84	573.811,84	573.811,84	573.811,04	573.811,84	573.811,84
Contribuintes c/c	5,00	5,00	987,89	0,00	0,00	22,55	5,00
Utentes c/c	92.026,35	135.002,13	162.945,63	172.545,62	203.884,66	181.232,31	233.375,97
Cliente, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	17.518,97	79.489,69	119.026,76	104.265,20	59.261,40	61.900,24	2.105.246,10
Estado e Outros entes Públicos	5.310,69	42.760,91	71.014,19	9.791,82	0,00	31.301,28	0,00
Total	688.672,85	831.079,57	927.786,31	860.414,48	836.957,10	848.268,22	2.912.438,91

A rubrica Dívidas de Terceiros está directamente relacionada com as Vendas de Bens e Serviços (principalmente da venda de água), quer nas dívidas de utentes conta corrente, quer nas cobranças duvidosas (débitos ao tesoureiro e execuções fiscais). Esta última inclui também a nossa factura relativa às infra-estruturas do Bom Sucesso – 2.ª fase, atrás referida, por estar emitida há mais de 90 dias.

4.2. DÍVIDAS A TERCEIROS

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total	1.534.698,41	2.054.518,00	2.209.053,05	2.479.516,99	2.626.967,61	2.058.176,01	4.889.524,08

Esta rubrica do Balanço inclui principalmente as dívidas a fornecedores (conta corrente e imobilizado) e a prestadores de serviços (outros credores).

O seu aumento reflecte o nível de investimentos efectuado sem qualquer apoio de financiamento, com efeito trata-se de um período em que encerraram os financiamentos comunitários no âmbito do III QCA e ainda não existem financiamentos ao abrigo do QREN. Todavia, existia por parte da administração central o compromisso de se considerar despesas elegíveis a partir de 1 de Janeiro de 2007, bem como a abertura das candidaturas ao QREN. Apesar da ausência de financiamento, o Município optou por não comprometer um elevado nível de execução física de investimento, o que terá contribuído para o referido aumento.

A título de exemplo indicam-se obras que contribuíram para a situação apontada:

- Complexo Logístico (Projecto)
- Complexo Escolar dos Arcos
- Passagem Superior Km 101
- Reabilitação de fogos na Amoreira
- Estrada Vau à Amoreira
- Estrada Arelho-Bom Sucesso
- Construção JI Arelho
- Creche e ATL Olho Marinho
- Extensão Saúde da Amoreira
- Apetrechamento do Complexo Escolar dos Arcos (informático e desportivo)

4.3. LOCAÇÃO FINANCEIRA

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Locação Financeira	146.254,85 €	146.299,57 €	193.739,26 €	89.104,12 €	88.509,05 €	150.670,94 €	173.895,92 €

A locação financeira concorre para as dívidas a terceiros de médio prazo, uma vez que os contratos celebrados se prolongam por vários exercícios económicos. Os contratos de locação dizem respeito à aquisição de equipamento de transporte e maquinaria.

6.4. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Empréstimos Bancários	3.515.524,41	3.735.042,19	3.533.192,67	3.323.467,96	3.109.750,41	2.761.856,80	2.407.457,62

Os encargos com os empréstimos em vigor, e relativamente ao período em análise totalizaram 477.636,43€:

- Amortização da dívida no valor de 354.399,19€;
- Juros no valor de 123.237,25€.

5. ANÁLISE DE INDICADORES DE GESTÃO FINANCEIRA

A execução orçamental e do plano, que espelha toda a política de gestão do Município, é passível de análise financeira através fundamentada e medida através de indicadores de gestão, que permitem uma visualização directa do que tem sido a evolução da autarquia, desde o exercício económico de 2002.

RÁCIOS DE ESTRUTURA DA RECEITA (%)

Rácios	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Imp. Directos/ Rec. Correntes	48,80	40,90	41,00	49,56	47,83	62,28	51,15
Transf. Correntes/ Rec. Correntes	30,80	27,50	22,00	23,02	21,22	17,50	18,36
Venda Bens e Serv./ Rec. Correntes	11,50	20,70	20,00	19,01	18,88	12,45	15,25
Rec. Correntes/ Rec. Totais	70,00	66,40	72,00	59,01	76,07	77,12	86,76
Rec. De Capital/Rec. Totais	30,00	33,60	29,00	41,00	23,93	22,88	13,24

O peso assumido pelos Impostos Directos (IMI, IMT) nas receitas correntes, e tal como referido no início da presente análise, é factor estruturante do orçamento, contribuindo para a autonomia financeira e consequente menor grau de endividamento do Município de Óbidos.

RÁCIOS DE ESTRUTURA DA DESPESA (%)

Rácios	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Pessoal/ Desp. Correntes	44,70	40,80	44,40	43,83	43,35	39,83	41,44
Aq. Bens e Serv./ Desp. Correntes	45,10	50,30	42,00	39,06	36,64	40,93	36,75
Investimentos/ Desp. de Capital	82,00	87,40	88,20	87,51	74,19	84,68	72,73
Passivos Fin./ Desp. de Capital	6,20	3,30	2,70	2,33	0,00	3,87	5,98
Desp. Correntes/ Desp. Totais	54,90	52,00	49,50	45,65	59,31	53,35	64,99
Desp. de Capital/ Desp. Totais	45,10	48,00	50,60	54,35	40,69	46,65	35,01
Dividas a Terceiros/Despesa Paga	16,38	17,25	14,67	13,68	17,24	10,67	28,90

O peso das despesas com pessoal aumentou ligeiramente, em termos de valor, devido ao cumprimento das disposições legais, às 49 promoções de pessoal do quadro, 4 reclassificações de pessoal do quadro, preenchimento do lugar de direcção de departamento e do lugar de chefe da DPGU. Também a contratação a termo resolutivo de 22 colaboradores para os diversos serviços do Município (Educação, Armazéns, Ambiente, entre outros), implicou um aumento das despesas com o pessoal.

As aquisições de bens e serviços, continuam a apresentar valores muito constantes relativamente ao seu peso no orçamento da despesa corrente, comprovando também o esforço exercido pelo executivo na racionalização de meios e moderação de despesa.

RÁCIOS FINANCEIROS (%)

Rácios	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Pessoal/ Rec. Correntes	31,70	33,70	30,10	33,27	35,01	27,30	31,44
FGM+FCM+FBM/ Desp. Totais	33,70	27,50	35,10	19,32	22,97	17,24	18,67
Amortiz.+Juros/ Rec. Totais	3,90	2,80	2,00	1,81	2,02	2,38	2,86
Rec. Correntes/ Desp. Correntes	141,00	121,10	147,30	131,72	123,82	145,89	131,83
Rec. de Capital/ Desp. de Capital	73,60	66,60	56,00	76,55	56,77	49,49	37,36

De salientar o cumprimento do equilíbrio orçamental, comprovado pela execução das receitas correntes muito superior à das despesas correntes.

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do ponto 2.7.3, do Decreto-lei nº54-A/99, de 22 de Fevereiro, quando houver saldo positivo na conta 59 “Resultados Transitados”, o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

- a) Reforço do património;
- b) Constituição ou reforço de reservas.

Refere ainda que deve constituir-se o reforço anual da conta 57.1 «RESERVAS Legais», no valor de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Ano de 2008

Assim para cumprimento desta norma legal, o Município de Óbidos, propõe o Resultado Líquido do Exercício, no montante de 5.652.007,70€ seja aplicado da seguinte forma:

Reservas Legais:..... 282.600,39€

Resultados Transitados:..... 5.369.407,32€

Apesar de o Património do Município ainda se encontrar em fase de avaliação, propõe-se que o valor registado na conta 59 – Resultados Transitados seja saldado, em contrapartida de reforço do Património, na conta 51 – Património.

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em ____ de _____ de 2009

ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em ____ de _____ de 2009

7. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA DAS CONTAS CONSOLIDADAS

De acordo com o n.º 1 do artigo 46.º da Lei das Finanças Locais, e pese embora as ressalvas necessárias ao cumprimento do n. 2 do mesmo artigo por falta de definição de procedimentos contabilísticos no POCAL, apresentam-se as demonstrações financeiras consolidadas do grupo municipal, que fazem parte integrante da prestação de contas relativas ao exercício económico de 2008.

O Município de Óbidos detém a totalidade do capital das empresas municipais, pelo que será a entidade consolidante do grupo municipal. O método utilizado foi o da consolidação integral das contas, tendo sido feitas as adaptações necessárias às classificações patrimoniais das entidades envolvidas.

O grupo municipal é constituído pelas seguintes entidades:

- Município de Óbidos (entidade consolidante)
- Óbidos Património – EEM (detida a 100% pelo MO);
- Óbidos Requalifica – EEM (detida a 100% pelo MO).

7.1. BALANÇO CONSOLIDADO

O Balanço consolidado reflecte a agregação dos balanços das três entidades, como se se tratasse de uma única entidade.

Da análise às demonstrações financeiras do Município presentes neste documento, podemos verificar que o impacto das duas empresas municipais nas contas consolidadas do grupo é pouco relevante, quer ao nível do Activo, quer ao nível das dívidas de curto prazo.

De salientar que as empresas municipais não apresentam dívidas de médio e longo prazo.

7.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

Os resultados líquidos do grupo municipal ascendem a 5.685.477,34€, para os quais concorreram todas as entidades do grupo, já que ambas as empresas municipais apresentam resultados positivos.

À semelhança do balanço, o impacto dos custos e dos proveitos das empresas do SEL não têm impacto significativo no resultado obtido.

Em breve conclusão, poderemos justificar que o grupo municipal apresenta contas consolidadas que mantêm uma linha de tendência comum, quer ao nível do fraco nível de endividamento, sobretudo a longo prazo, quer ao nível dos resultados positivos da actividade.